

JORGE LEANDRO ROSA

jorgeleandro.rosa@gmail.com

Instituto de Filosofia, Universidade do Porto, Portugal

A MONSTRUOSIDADE MODERNA E A IMPOSSIBILIDADE DO NASCIMENTO

RESUMO

A tecnociência está assombrada pelos processos natais, que não a organizam, mas são constantemente introduzidos nos programas e protocolos que pretendem orientá-la. Provinda de seres nascidos, a programação do sistema técnico necessita de virtualizar o nascimento na resolução que nele é constantemente relançada. Contudo, dada a incompreensão dos estados intermédios que se apartam da geração, é uma outra forma da irresolução que assim é injetada nos processos. No antropoceno, precisaríamos de uma nova sociologia do meio monstruoso.

PALAVRAS-CHAVE

intermédio; vivo; monstro; individuação; nascimento

DEPOIS DAS MEDIAÇÕES

O contributo deste livro não é aquele que seria de esperar. Habitados que estamos a uma academia do expectável, à ritualização da lógica da antecipação que tropeça em si própria, evitando temerosamente o estilhaçar da referenciação, ele surpreende pela sua indagação do que possa ser uma sociologia do intermédio. Do *intermédio* e não da mediação. É que, se a mediação está sempre *já resolvida*, concebida e funcional, o intermédio só aparece na sua irresolução, apresentando-se sempre no limiar do

inconcebível. “Há inexplicável no cerne da explicação propriamente dita” (Neves & Costa, 2012, p. 56). Essa apresentação da questão estimula-nos a recuar um pouco mais nela.

Este livro parece não querer ser uma dessas infinitas variações em torno do *devoir moderne do monstruoso*, especialidade de tantas descrições derivadas da Sociologia e muitas vezes agrupadas nas “Ciências Humanas”. *Devoir e moderno* são os elementos banais e assentam numa conexão demasiado previsível, sendo que o *monstruoso*, embora amplamente manipulado na academia, permite ainda algum pensamento do intermédio se este não se limitar a ser uma dessas taxinomias mais monstruosas do que o monstro. Hoje, contudo, é pelo acesso de todo o campo do vivo à injunção da produtividade que o intermédio se dilui na nossa consciência em favor de simples mediações técnicas. Estas tornam-se um obstáculo à compreensão da individuação que, desta forma, é associada a causas reduzidas a meros “estados iniciais” (Simondon, 2005, p. 558). A ascensão das biotecnologias não tem favorecido uma compreensão filosófica do vivo. Esta incompreensão, tão marcante para as nossas sociedades quanto a incompreensão do ente técnico demonstra que, paradoxalmente, as biotecnologias também contribuem para essa incompreensão. O que acontece é a ocorrência e a disseminação de processos de homologia funcional que transformam as nossas sociedades em autênticos laboratórios ontológicos a céu aberto (Rosa, 2014).

Ao que se instalou nesse *devoir moderne* podemos chamar campo teórico do não-nascimento, já que o que o funda verdadeiramente é a dissociação entre o pensamento e o acontecimento natal. Ora o acontecimento natal é aquele que faz de todos nós – seres vivos – entes monstruosos sem que se tenha de recorrer aí a algum bestiário mais ou menos atualizado. O problema da Sociologia e das disciplinas afins foi a incompreensão da dependência em que entes vivos e entes técnicos se encontram. Estes encontram-se em *linhagens* diferentes que haveriam de ser compreendidas filosófica e politicamente. A negação da linhagem do ente técnico é acompanhada pela ignorância da linhagem do vivo. Nesse sentido, haveria que reencontrar o nascimento para voltarmos a ser entes vivos que se *posicionam* diante dos entes técnicos: o nascimento não é a origem, mas é o intermédio: não forma uma zona ontológica da experiência, mas abre, simplesmente, um duplo contacto: o facto de o contacto com o mundo ser duplicado imediatamente no contacto com a psique. Esta é, aliás, a dupla dimensão da Psicanálise das profundezas em Jung (1979), que nos diz existir sempre uma relação efetiva entre os fenómenos psíquicos inconscientes

e os fenômenos físicos. Além disso, conseqüentemente, o fenômeno é necessariamente duplo (o que é todo o contrário da duplicidade), inserindo a experiência monstruosa arquetípica, o que é de certo modo uma redundância, numa experiência bem diferente daquela da monstrosidade moderna, extirpada ao “teatro do vivo”, como dizia Simondon (2005, p. 267). Nessa estrutura, em camadas da experiência, o acontecimento transcende qualquer previsão ou cálculo de probabilidades: o maravilhamento e o espanto, mas também o terror, são experiências muito mais características das relações de sincronicidade que se estabelecem entre o acontecimento e a imagem interior.

Não menos ameaçadora é a incompreensão da gênese do objeto técnico, pois este não é apenas fruto de um projeto humano, mas é também reflexo da incompreensibilidade operatória em que o vivo se diz humano. Ao postular uma cisão entre as duas dimensões, o moderno entrega o mundo fenomênico empírico a monstros que apenas se manifestam por processos de difusão e de transmissão. Esses monstros pertencem ao ciclo da produção coerente e nunca podem ser “redimidos” pela passagem de um plano a outro. O seu projeto terá, por conseguinte, de se afastar do acontecimento natal, instigando no seu lugar os processos produtivos, ou seja, aqueles processos que vão do abstrato ao concreto. Antes do mais, os monstros técnicos recebem a monstrosidade própria da coerência da sua concretização. Dependem de universos que são coerentes graças à convergência de funções numa unidade estrutural. O objeto técnico pode ser descrito como uma “unidade de devir”, enquanto o vivo é uma unidade de “transgressividade”, para usar um termo de Jung (1979), quer dizer, um ente que se instala dos dois lados de limites ônticos, psíquicos e físicos.

Ora aparece claro que a Sociologia não é capaz de refletir a dissociação entre pensamento e acontecimento natal. Esta dissociação é fundadora da inserção complexa do humano no campo do vivo. Pelo contrário, esforços sobre-humanos são feitos para a substituir por uma coerência. Torna-se evidente que, na ausência dos modelos mítico-mágicos, só há um modelo disponível para essa recondução: a práxis técnica elevada a uma onto-política. Embora essa associação não seja totalmente inventada pelos modernos, por si só ela configura a linha aparentemente insignificante em que o moderno se faz distintivo. A ela se opõe o nascimento humano como acontecimento único, aquilo que se instala no impossível dos acontecimentos, ou seja, num devir que ele não podia fazer conseqüente de si mesmo. Se virmos bem, esse é o vislumbre imemorial que a Psicanálise assumiu em plena modernidade (o que esclarece a estranha posição com

que ela vem ao moderno) e que Jung (1979), aqui evocado, reconduz à reatividade vazia do arquétipo.

A INDIVIDUAÇÃO DEPOIS DA ERA TITÂNICA DA TÉCNICA

A individuação não é uma apropriação de si, mas um abrir do presente a esse passado sempre “anterior” ao que poderia constituir imposição de uma posição. É o possível que não pode ser assumido. Dar o nascimento como único evento não é instaurar a unicidade do que acontece, mas apenas retirá-lo à ordem do acontecimento efetivamente ocorrido. Não é esse, contudo, o clima sociológico em que mergulha hoje a tecnociência: ao invés, toda a possibilidade é compelida a ser ocorrência, tanto no sentido ecotécnico como no sentido logotécnico. Daí que a ocorrência seja, cada vez mais, sinónimo da implantação, em sentido ontológico e genético, ao invés, precisamente, do nascimento onde nada acontece, sendo esse o seu possível. Não houve nenhum traço caracterizador do pensamento pré-moderno que fosse mais importante do que aquele de saber-se exposto ao nascer. Ora, essa exposição foi recusada pelos modernos em nome da possibilitação do acontecer. E isso, precisamente, para que o imemorial e o inassumível não refluíssem mais. Pensa-se desta forma apenas enquanto o pensamento seja essa formulação discursiva de uma rutura que vem com a tecnicização do nascimento e que as sociedades parecem querer reelaborar.

Sem a falha do nascimento, todo o possível refluí para o fabrico, esse “trabalho sobre o inessencial”, segundo Georg Simmel (1993, p. 208). O fabrico não se encontra com o inessencial por uma razão ontológica, mas apenas porque ele é um trabalho filológico hipertrofiado, uma micrologia da memória que se tornou a marca da monstrosidade moderna. Todo o fabrico tende para a micrologia dos seus componentes. Esse campo adquire preeminência hoje nos processos paralelos que fundam o uso económico das espécies através das biotecnologias e das nanotecnologias. Também nestas, os entes são entregues a um pensamento do não-nascimento, quer dizer, a um pensamento que se realiza pela produção dos entes, antitética do nascimento. Chegamos então a uma situação em que o equívoco fundamental do humanismo e dos seus herdeiros científicos, que se considerara estar regulado e rentabilizado no trânsito entre o insuportável círculo exterior e o mundo das formas humanas, se manifesta plenamente na tecnociência.

Aliás, por que razão existiria uma tal coisa como a Sociologia se esta não fosse, desde logo, essa consciência de que o moderno, mais do que a tentativa sócio-histórica de esconder o monstruoso (a que recorre para o seu poder avassalador), se torna ele próprio um monstro ocupado com a desmesura? Nesse caso, a Sociologia será a irmã desavinda da Psicanálise, que revela a necessidade impossível de nos escondermos do moderno, ou seja, que mostra esse temor que nos acompanha desde sempre porque já anunciava a chegada do que começamos agora a chamar o *antropoceno*. Este não é mais do que a aparição titânica do fabrico. Há razões mitológicas para que o titânico seja sempre uma problematização da escala, nunca da ação. O titânico visa uma produção que é, antes do mais, a produção da visibilidade da escala ôntica. O agente titânico, precisamente porque recorre ao fabrico, só pode operar através de escalas produzidas coerentemente, nunca tocando quer o exterior quer o interior da ação.

Essa ausência de uma dupla limitação interior e exterior, ausência que se torna fantasmagoria, tornada tanto mais “vvida” pelo ente técnico quanto ela manifesta o próprio do vivo, aparece onde a interiorização e a exteriorização da produção são rigorosamente a mesma coisa. Produção, portanto, de divisões inúteis que permanecem nos processos técnicos enquanto resíduos da experiência mística ou da experiência estética. Esses traços assinalam o monstruoso moderno e são talvez a última função social reconhecível das artes e das religiões. Daí que, mais do que o seu oposto, a técnica seja, como sublinha Simondon (1958), o outro da religião. Dela retém a figura, mas não “o fundo”, que é propriamente o mágico (Simondon, 1958, p. 20). É porque produz eliminando o colapso da escala que o nascimento introduzia que o titânico desperta em si o catastrófico, remetido a um regime de equivalência infundável. Nesses casos, as disciplinas “sociais” são elas próprias uma parte do devir moderno do monstruoso, já que vêm substituir as delimitações entre o exterior e o interior, tornando-nos mais insensíveis – e, por conseguinte, mais acessíveis operativamente – à presença do monstruoso, que não pode ser domesticado, mas que agora poderá ser vivido a partir de um ângulo diverso.

Escreveu Simmel (1918, pp. 22-23): “a vida, enquanto vida, tem necessidade da forma e, enquanto vida, ela tem necessidade de algo mais do que a forma. Pesa sobre ela uma contradição, ela não consegue encontrar o seu lugar entre as formas”. Esse Simmel, que encontra nestas páginas um renovado papel, já se permitira atribuir a Goethe, em lugar de Kant, uma preeminência que marca precisamente o limiar do moderno, esse albergue do monstruoso ainda livre, apesar de acossado; esse lugar ainda pícaro e

erótico, apesar de ter perdido a língua que lhe fora própria até ao *século de ouro*. A Goethe fica a fugaz compreensão de um equilíbrio metafísico de que a modernidade pós-oitocentista nunca voltará a fruir. Basta olharmos as monstrosidades insulares que ficaram em Nápoles para perceber como elas respondem melhor à Pompeia ali logo ao lado – ela que objetivou um tal equilíbrio como cinza – do que ao faustoso e fastidioso *ressurgimento* que tantos já anunciavam. Surpreendente e disseminada, persiste a vida refratária à forma e, se preciso for, ao humano. O nosso projeto técnico essencial deveria ser a compreensão dessa insubmissão.

REFERÊNCIAS

- Jung, C. G. (1979). *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Neves, J. P. & Costa, P. R. (2012). A individuação eco(socio)lógica na pós-modernidade. *Comunicação e Sociedade*, 18, 179-192. [https://doi.org/10.17231/comsoc.18\(2010\).997](https://doi.org/10.17231/comsoc.18(2010).997)
- Rosa, J. L. (2014). A ruptura articulatória dos seres: a propósito da exposição da vida à dispersão da sua ontologia. *Scientiae Studia*, 12(2), 359-377. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662014000200007>
- Simmel, G. (1918). *Lebensanschauung. Vier metaphysische Kapitel*. Berlim: Duncker & Humblot.
- Simmel, G. (1993). *La tragédie de la culture*. Paris: Payot.
- Simondon, G. (1958). *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.
- Simondon, G. (2005). *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Millon.

Citação:

Rosa, J. L. (2020). A monstrosidade moderna e a impossibilidade do nascimento. In J. P. Neves; P. R. Costa; P. de V. Mascarenhas; I. T. de Castro & V. R. Salgado (Eds.), *Eu sou tu. Experiências ecocríticas* (pp. 49-54). Braga: CECS.